

PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL CONCELHO DE RIO MAIOR



FICHA TÉCNICA

TÍTULO

PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO CONCELHO DE RIO MAIOR
2016-2018

Maio 2016

EQUIPA DE ELABORAÇÃO



LOGFRAME, CONSULTORIA E FORMAÇÃO, LDA.

Rua Almeida e Sousa, 23 6.º B 1350-006 Lisboa

www.logframe.pt

COLABORARAM NA ELABORAÇÃO DESTE DOCUMENTO

Unidade Financeira e de Ação Social

Conselho Local de Ação Social de Rio Maior

EDIÇÃO, PROPRIEDADE E REPRODUÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

PRAÇA DA REPÚBLICA, 2040-320 RIO MAIOR

TELEF. +351 243 999 300

www.cm-riomaior.pt

Índice

1. INTRODUÇÃO	4
2. METODOLOGIA DE PLANEAMENTO	5
3. ÁREAS PRIORITÁRIAS DE INTERVENÇÃO SOCIAL NO CONCELHO DE RIO MAIOR	6
Emprego, formação e qualificação (eixo 1).....	6
Instituições e comunidade (eixo 2)	8
Família e parentalidade (eixo 3).....	9
Saúde e toxicodependências (eixo 4).....	11
Tempos livres, cultura e lazer (eixo 5).....	12
Habitação (eixo 6)	14
4. MODELO DE MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO	15
5. PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE RIO MAIOR (2016 – 2018) - Quadro Resumo.	18
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E ELECTRÓNICAS	35

1. INTRODUÇÃO

O presente documento, Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Rio Maior 2016-2018, resulta de um processo de recolha, debate e consensualização de ideias e estratégias de intervenção, iniciado no quadro da elaboração do Diagnóstico Social do Concelho de Rio Maior, aprovado em 2015.

Após a identificação dos principais problemas e necessidades do concelho em matéria de desenvolvimento social, bem como caracterizado o quadro institucional do território, e ainda identificado o contexto socioeconómico que enquadra e influencia as dinâmicas sociais locais, foi possível identificar, em conjunto com os atores locais, um conjunto de objetivos e estratégias de desenvolvimento social a prosseguir e concretizar no período 2016-2018. Estas, tendo como ponto de partida as áreas e problemas prioritários identificados no Diagnóstico Social, resultaram ainda de um importante processo de partilha entre parceiros, de forma a adequar os conteúdos deste documento às possibilidades e capacidade real de intervenção a nível local.

A definição do quadro estratégico do concelho de Rio Maior para o referido período e para a área do desenvolvimento e intervenção social permite, entre outros aspetos:

- Orientar os processos de desenvolvimento social de base local, conferindo-lhes racionalidade estratégica;
- Reforçar a articulação existente entre políticas locais e políticas e medidas nacionais, com ganhos mútuos de eficácia e eficiência;
- Promover processos de intervenção social de base local mais consequentes e impactantes, dando continuidade às práticas de trabalho em parceria existentes no concelho;
- Dotar o território e os seus atores de um instrumento de planeamento útil que permita enquadrar e justificar novos projetos (bem como a eventual manutenção dos existentes, caso essa continuidade se revele pertinente) e, por essa via, enquadrar candidaturas a fontes de financiamento externas, das quais se destacam os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) 2014-2020.

Procurando responder a estes desafios, o presente documento encontra-se estruturado da forma que se segue:

- Capítulo 1 'Introdução'
- Capítulo 2 'Metodologia de planeamento'
- Capítulo 3 'Áreas prioritárias de intervenção social no concelho de Rio Maior'
- Capítulo 4 'Modelo de monitorização e avaliação'
- Capítulo 5 'Quadro resumo do PDS de Rio Maior'
- Capítulo 6 'Referências bibliográficas e eletrónicas'

2. METODOLOGIA DE PLANEAMENTO

O Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Rio Maior 2016 - 2018, enquadrado nas atividades do Conselho Local de Ação Social de Rio Maior e do seu Núcleo Executivo, é parte integrante de um processo de planeamento da intervenção social de âmbito local mais amplo, tendo sido precedido pelo Diagnóstico Social do Concelho.

A metodologia aplicada segue de perto e mantém a coerência com a metodologia adotada para a elaboração do Diagnóstico Social, tendo sido orientada por princípios de:

- Participação concreta, em cada momento de trabalho, dos *stakeholders* locais por forma a garantir um conhecimento o mais completo possível das realidades em análise mas também a mobilização efetiva para a ação futura;
- Profissionalismo, baseado numa preocupação permanente com o rigor técnico e metodológico dos processos e com a consistência e robustez dos resultados obtidos;
- Abertura, por via de uma flexibilidade e atenção constantes às necessidades dos clientes, adequando estratégias e instrumentos metodológicos sempre que necessário;
- Transparência, através de um trabalho efetivo de parceria com os clientes e de partilha de informação, através de momentos específicos de feedback e recolha de contributos;
- Utilidade, procurando que todos os momentos de trabalho e processos técnico-metodológicos tenham como fim último a sua utilidade e utilização por parte dos clientes, parceiros e comunidades.

Tendo por base os princípios descritos, e no caso concreto do processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Social de Rio Maior 2016-2018, foi desenhada e implementada uma abordagem participativa, em conformidade com as práticas regulares de trabalho partilhado já existentes no âmbito da Rede Social Local.

Neste contexto foram desenvolvidos cinco (5) *workshops* (oficinas) de planeamento de âmbito concelhio e temático, decorrentes e respeitando as temáticas abordadas em sede de Diagnóstico Social, nomeadamente: ‘Emprego, Formação e Qualificação’, (29 de Outubro de 2015), ‘Comunidade e Instituições’ (29 de Outubro de 2015), ‘Família e Parentalidade’ (30 de Outubro de 2015), ‘Saúde e Toxicodependências’ (10 de Novembro de 2015) e ‘Tempos Livres, Cultura e Lazer’ (10 de Novembro de 2015). Todos os *workshops* foram realizados nas instalações da Biblioteca Municipal de Rio Maior.

Foi ainda realizada uma reunião com responsáveis de diversos setores do Município, com vista à reflexão e clarificação dos objetivos e estratégias a incluir no Plano de Desenvolvimento Social, para a temática da habitação.

3. ÁREAS PRIORITÁRIAS DE INTERVENÇÃO SOCIAL NO CONCELHO DE RIO MAIOR

Emprego, formação e qualificação (eixo 1)

No que respeita aos constrangimentos associados ao emprego/desemprego e mercado de trabalho, Rio Maior regista um conjunto de problemas semelhantes à maioria dos restantes concelhos do país, que exigem naturalmente a concertação e articulação de estratégias multinível, com vista à dinamização do tecido económico (e por essa via, a criação líquida de postos de trabalho sustentáveis e de qualidade), bem como à promoção da empregabilidade da população ativa em geral.

Evidencia-se, desde logo, um elevado nível de desemprego, agravado na sequência da crise económica internacional e no contexto exigente do processo de ajustamento em curso na economia portuguesa. O desemprego de longa duração, afetando em dezembro de 2013 perto de 40% da população desempregada, constitui um fator de preocupação acrescida, não só pelos custos sociais que acarreta, favorecendo o agravamento e perpetuação das situações de pobreza e exclusão social, mas também pela perda de capital humano.

Devemos referir também que, o esforço realizado na última década na qualificação da população (fruto de políticas públicas de educação de âmbito nacional, bem como de um reconhecido investimento das entidades locais em fortalecer a sua atuação nesta área) refletiu-se na evolução favorável de fatores como a diminuição da taxa de abandono escolar, o aumento da taxa de escolaridade de nível secundário da população e o aumento do peso da população com ensino superior concluído.

Foram sinalizados os seguintes constrangimentos:

- Dificuldades na adequação entre a oferta de formação profissional e as reais necessidades, nomeadamente do mercado de trabalho, pese embora a existência de um processo de identificação das necessidades formativas a nível concelhio. Estas dificuldades decorrem, sobretudo, de algum défice de participação das empresas neste processo, o que limita o alcance das estratégias de adequação desenvolvidas.
- Baixos níveis de qualificação (profissional e escolar) da população, fruto de processos de abandono escolar precoce (os dados de abandono escolar são apenas residuais, mas existe o risco de a taxa respetiva aumentar com o alargamento da escolaridade obrigatória até ao 12º ano), bem como de dificuldades económicas das famílias. Importa, igualmente, situar estes défices de qualificação em função das idades das pessoas, pois os níveis de escolaridade obrigatória têm sido sistematicamente alargados ao longo do tempo.

- Jovens sem a escolaridade obrigatória e com idade superior a 20 anos, situação complexa que decorre, entre outros fatores, do desinteresse e desvalorização da formação escolar dos filhos por parte algumas famílias, bem como de comportamentos de risco que condicionam o percurso escolar dos jovens.
- Absentismo/abandono escolar, fruto de vários fatores dos quais se destaca o desinteresse e desvalorização de algumas famílias face à formação escolar dos filhos.
- Dinâmicas ainda frágeis de constituição/fixação de indústrias, fruto do clima de instabilidade económica e social do país e da consequente falta de confiança dos investidores, bem como dos custos algo elevados associados a implantação física de empresas/indústrias.
- Desemprego (especialmente, ao nível das baixas qualificações), cujos valores atingiram um pico “histórico” em dezembro de 2012 (1 163 pessoas inscritas nos ficheiros do IEF), decorrente de uma conjuntura económica e social adversa e que extravasa as fronteiras do concelho de Rio Maior, materializada na extinção de empresas e consequente redução de postos de trabalho disponíveis. A estes fatores acrescem, ainda, dificuldades de adaptação dos recursos humanos a novas funções laborais, traduzindo uma necessidade de apostar na formação dos mesmos integrada em processos de reconversão profissional.

Neste contexto, é propósito do Conselho Local de Ação Social de Rio Maior empreender uma estratégia que permita: (i) melhorar a motivação dos alunos para a sua participação no quotidiano escolar; (ii) reduzir o abandono escolar dos alunos de etnia cigana; (iii) aumentar o potencial de empregabilidade e investimento no concelho, através da exploração dos recursos endógenos e diferenciadores do concelho; (iv) adequar a oferta formativa às reais necessidades do mercado de trabalho e interesses dos alunos/jovens; (v) identificar soluções para a falta de oferta formativa ao nível do ensino secundário para alunos (a partir dos 15 anos) com necessidades educativas especiais; (vi) identificar soluções de inserção profissional específicas para adultos com problemas de consumos de substâncias.

Instituições e comunidade (eixo 2)

É reconhecido que as intervenções de combate à pobreza e exclusão social, atuais e futuras, deverão adotar uma abordagem transversal que tenha em consideração aspetos como: i) a complementaridade entre as diversas áreas setoriais de política pública; ii) a incorporação de um modelo de governação multinível, que incentive a dinamização das redes solidárias e as organizações da economia social, valorizando a cooperação entre as administrações públicas, as empresas e as entidades do setor não lucrativo; iii) a qualificação do quadro institucional, reconhecendo a diversidade das competências e recursos dos atores envolvidos; e iv) o voluntariado e a atividade socialmente útil.

O CLAS de Rio Maior reconhece, neste quadro, que, a economia social, nas suas múltiplas vertentes, é promotora de inclusão social, geradora de riqueza e de emprego e facilitadora da conciliação entre a atividade profissional e a vida privada e familiar. O potencial de inovação e de empreendedorismo social que muitas organizações da economia social possuem, tanto nas principais áreas urbanas mais dinâmicas, como nas freguesias de baixa densidade populacional, são cruciais para fazer face ao desafio da coesão social no conjunto do território concelhio.

Nesta área foram sinalizados os seguintes constrangimentos:

- Dificuldades por parte de algumas organizações sem fins lucrativos em concretizar processos de efetivo envolvimento com a comunidade em geral, de modo a atuar de forma mais eficaz junto dos “novos” problemas sociais, decorrentes da crise socioeconómica que o País está a viver e já mencionada no presente documento.
- Experiências ainda pouco sistematizadas de envolvimento das Juntas de Freguesia na área da solidariedade social, resultante da não clarificação de competências formais nesta matéria, bem como do número limitado de recursos humanos para fazer face às exigências e desafios desta área de atuação em concreto.
- O tecido associativo do concelho releva alguma perda de dinamismo, ou seja, existem efetivamente muitas associações mas com atividades limitadas e, por vezes, pouco inovadoras, dando um contributo diminuto para o desenvolvimento social local. Noutros casos não desenvolvem qualquer atividade. Esta realidade advém de diversos fatores, dos quais se destacam: i) o reduzido número de recursos humanos com competências técnicas que possam mobilizar a alteração dos padrões de atuação das associações; ii) o défice de conhecimentos de muitas direções nas áreas do planeamento e da gestão estratégica (decorrente do referido no ponto anterior); iii) a pouca capacidade inovadora de várias associações; iv) as fortes dificuldades na constituição formal das direções; v) a fraca adesão dos jovens ao trabalho voluntário.

- Envelhecimento da população, sobretudo nas áreas de baixa densidade, fruto do aumento da esperança média de vida e de uma menor atratividade (serviços e ofertas de emprego em número limitado, e fortes dificuldades na rede de transportes públicos) das zonas rurais, em termos socioeconómicos, para a fixação da população em idade ativa – para o que contribui, em muitos casos, o défice de serviços públicos e privados e as dificuldades de acesso aos mesmos.
- Dificuldades na implementação do voluntariado (articulação entre voluntários e entidades), resultante da fraca adesão dos jovens, do défice de formação dos voluntários e das dificuldades de adaptação às novas necessidades da comunidade.

Neste contexto, é propósito do Conselho Local de Ação Social de Rio Maior empreender uma estratégia que permita: (i) aumentar os níveis de adequação entre procura e oferta de voluntários; (ii) melhorar os níveis de adesão da comunidade local a projetos de voluntariado, em especial dos mais jovens.

Uma última nota importante relativa a este eixo. Uma parte significativa dos constrangimentos aqui identificados serão objeto das mudanças a produzir no território no âmbito da implementação das estratégias definidas para os eixos, ‘família e parentalidade’ e ‘tempos livres’, assumindo-se aqui um reforço do seu carácter complementar.

Família e parentalidade (eixo 3)

Pensando nas transformações na família do século XX ao XXI vale a pena sublinhar três ideias: i) a erosão do poder patriarcal, o que não significa o fim das desigualdades entre homens e mulheres, persistindo contradições entre práticas e representações sobre o papel de homens e mulheres na família; ii) os processos de emancipação feminina e os seus efeitos incontornáveis nas estruturas e nas práticas familiares bem como num conjunto de dimensões da vida social; iii) uma nova perspetiva sobre o lugar da criança na família contemporânea e a proteção dos seus direitos; iv) as novas conjugalidades e parentalidades.

No concelho de Rio Maior, assinala o Diagnóstico Social, relativamente às estatísticas sobre as famílias:

- Aumento do número de famílias clássicas, de 7.664 famílias em 2001 para 8.204 famílias em 2011 (32,2% das quais com apenas 2 pessoas, ou seja, 2.674 famílias);
- Redução da dimensão média das famílias, de 2,7 indivíduos em 2001 para 2,5 indivíduos em 2011;
- Aumento do peso das famílias clássicas unipessoais, de 17,9% em 2001 para 22,8% em 2011.

Os principais constrangimentos identificados nesta área foram os seguintes:

- Dificuldades crescentes por parte dos encarregados de educação em desempenhar o papel de educadores, resultado de uma ausência de suporte familiar e de modelos funcionais de convivência familiar (fruto de um prolongamento da vida ativa ou da não proximidade das redes familiares de apoio), de um défice de competências parentais em alguns agregados e, ainda, de uma mutação de valores e défice de compromisso por parte dos pais/família.
- Carências alimentares verificadas em algumas crianças, fruto de situações de negligência familiar e de carências económicas/financeiras, associadas não raras vezes a situações de desemprego e perda de prestações sociais.
- Défice de competências parentais em alguns agregados familiares, causado por processos de desestruturação/difuncionalidade das famílias, problemas de saúde mental, desconhecimento sobre as responsabilidades associadas à parentalidade, bem como desvalorização e falta de tempo para um maior investimento na aquisição deste tipo de competências.
- Violência doméstica, fenómeno complexo associado não raras vezes a situações de alcoolismo e consumo de outras substâncias psicoativas, de desemprego, de perturbações mentais e instabilidade afetiva.
- Dificuldades de suporte no apoio a idosos/deficientes/toxicodependentes por parte da rede familiar.
- Consumo de substâncias psicoativas, designadamente na população juvenil, resultante de problemas diversos como a falta de autoestima, a pressão dos pares para a experimentação e, ainda, a maior fragilidade social de alguns grupos populacionais.

Neste contexto, é propósito do Conselho Local de Ação Social de Rio Maior empreender uma estratégia que permita: (i) capacitar as respostas existentes para as situações de violência doméstica; (ii) alterar mentalidades e comportamentos relativamente à violência doméstica; (iii) alterar mentalidades e comportamentos relativamente aos maus tratos na infância; (iv) capacitar as respostas de acompanhamento às situações de doença mental; (v) melhorar os níveis de competências parentais dos encarregados de educação e desempenho enquanto

educadores; (vi) garantir apoio/suporte regular aos cidadãos a viver em situação de isolamento social e/ou geográfico nas freguesias do concelho de Rio Maior.

Saúde e toxicodependências (eixo 4)

Rio Maior tem acompanhado a tendência de transição demográfica que se verifica no país e na Europa, caracterizada por um duplo envelhecimento. Resultando de queda dos níveis de natalidade acompanhada por uma evolução positiva dos níveis da esperança de vida.

O duplo envelhecimento demográfico traduz-se num decréscimo da população jovem e um aumento da população idosa. Tal como referido no Diagnóstico Social de Rio Maior, o concelho ganhou, no período intercensitário, sobretudo, população idosa (13,48%), ou seja, com idades iguais ou superiores a 65 anos. Simultaneamente, a população jovem entre os 15 e os 24 anos, regista uma tendência de decréscimo (-22,16%).

Esta realidade demográfica, tal como identificado no Diagnóstico Social, impõe intervenções estruturantes e transversais a vários domínios de política pública e intervenção privada, entre os quais se destaca a área da saúde, nomeadamente em matéria de: i) promoção de uma intervenção integrada dos cuidados de saúde primários, hospitalares e continuados; ii) promoção de estilos de vida saudáveis e dinamização do envelhecimento ativo e saudável. Assumindo especial relevância as intervenções que visam a prevenção de comportamentos de risco, o rastreio e diagnóstico precoce de doenças e o acompanhamento às situações de maior risco, com o objetivo de promover a qualidade de vida dos cidadãos, principalmente dos idosos, e adiar a sua institucionalização. Os aumentos de eficácia da intervenção nesta área serão forçosamente potenciados se for realizada em articulação com outras áreas como o desporto, a solidariedade social e a formação ao longo da vida.

Quando se refere aqui a promoção de estilos de vida saudáveis não se equaciona apenas em matéria de envelhecimento ativo, sendo ela própria uma questão fundamental ao nível da população mais jovem e dos jovens adultos, nomeadamente no que diz respeito à problemática incluída também neste eixo, a prevenção e tratamento de percursos/realidades de consumo de substâncias psicoativas.

Foram identificados os seguintes constrangimentos:

- Dificuldades na capacidade de resposta em matéria de consultas de saúde familiar, fruto da pouca atratividade do concelho para a fixação de médicos, bem como de constrangimentos orçamentais e organizacionais do setor da saúde.
- Número crescente de situações de saúde mental sem resposta, resultante de diversos fatores dos quais se destacam a dificuldade em ajustar a capacidade de resposta dos serviços ao volume de novas situações, o que por sua vez está intimamente ligado às

situações de desemprego e conseqüentes dificuldades financeiras, bem como a fenômenos de consumo de substâncias psicoativas.

- Dificuldades na resposta ao nível da prevenção primária das toxicodependências, causadas pela falta de recursos decorrente dos estrangimentos orçamentais do sector, pelo encerramento da estrutura local que poderia assegurar este tipo de intervenção, bem como por estrangimentos ao nível da disponibilidade dos alunos para participarem em ações de sensibilização nesta área (sobrecarga dos horários escolares).
- Alguma falta de informação e conhecimento específico sobre a temática das toxicodependências, motivada pela maior precocidade dos consumos, pela existência de contextos de socialização mais permissivos e menos intervenientes (e.g. família) e, ainda, pela existência de novas substâncias psicoativas no mercado e sobre as quais existe pouco conhecimento.

Neste contexto, é propósito do Conselho Local de Ação Social de Rio Maior empreender uma estratégia que permita: (i) qualificar e melhorar a capacidade de resposta nos casos de saúde mental; (ii) melhorar e aumentar o número de ações de prevenção de consumos/ toxicodependência junto dos jovens e o nível de informação/ conhecimento sobre o tema.

Tempos livres, cultura e lazer (eixo 5)

A relevância deste eixo, alicerça-se no reconhecimento de que a prática de atividades artísticas, tal como de atividades desportivas, proporciona ganhos afetivos e cognitivos aos seus praticantes, fortalecendo ou facilitando processos de aquisição de competências e desenvolvimento pessoal, social e relacional, fundamentais para a prática de uma cidadania plena.

Na medida em que o acesso a práticas culturais e desportivas constituem ferramentas fundamentais na promoção da coesão social dos territórios e das comunidades que neles habitam, assim como de redução dos fenômenos de exclusão social de grupos vulneráveis, deverão essas práticas ser equacionadas numa estratégia local de combate à pobreza e promoção da inclusão social.

Neste sentido o CLAS de Rio Maior identificou os seguintes constrangimentos:

- Necessidade de uma agenda/estratégia local organizada entre as diferentes entidades para as atividades culturais concelhias, o que exige naturalmente um maior envolvimento e participação das organizações com responsabilidades e competências no sector cultural, e eventualmente, a criação de um espaço que permita centralizar algumas ações.
- Dificuldades de ajustamento entre a oferta e procura de atividades culturais, o que tem implicações negativas na diversificação da oferta cultural bem como na adesão dos públicos às iniciativas promovidas. Estas dificuldades de ajustamento resultam, por um lado, da inexistência de um conhecimento sistematizado e estruturado sobre os interesses e expectativas culturais da população, e por outro lado, das dificuldades orçamentais das entidades relevantes e da fragilidade do sistema de transportes públicos.
- Dificuldades na ocupação dos tempos livres por parte da população em idade escolar e défice de iniciativas de ocupação das pausas letivas inovadoras, criativas e com experiências culturais. Estas dificuldades resultam de factores como: i) intensidade dos horários escolares (escola a tempo inteiro) e dos horários laborais dos pais; ii) acesso mais facilitado a atividades de ocupação de tempos livres de consumo “rápido” por oposição a atividades criativas (que pela sua natureza, implicam maior disponibilidade de tempo); iii) dificuldades orçamentais e de articulação entre as entidades relevantes do concelho promotoras de atividades de ocupação de tempos livres. Deverá, neste quadro, ser dada uma particular atenção às crianças com NEE (Necessidades Educativas Especiais) e/ou com carências económicas, onde o problema identificado se faz sentir com maior acuidade.
- Défice de valorização e dinamização do património cultural (material e imaterial), resultante dos constrangimentos orçamentais das entidades relevantes para a recuperação de património edificado, bem como das dificuldades de articulação entre as mesmas. Importa, ainda, nesta matéria sublinhar que existe efectivamente um conhecimento reduzido, por parte das associações, do seu potencial de promotores da cultura no concelho de Rio Maior, que deverá naturalmente ser explorado.
- Dificuldades de acesso e descentralização das atividades de ocupação de tempos livres, decorrentes de causas como: dificuldades de articulação entre as entidades

relevantes; As alternativas promovidas por organizações privadas com fins lucrativos são dispendiosas; O sistema de transporte para as freguesias não apresenta uma regularidade de carreiras facilitadora do acesso a este tipo de atividades; Pouca motivação por parte da população em liderar as associações culturais nas freguesias do concelho.

Neste contexto, é propósito do Conselho Local de Ação Social de Rio Maior empreender uma estratégia que permita: (i) melhorar a oferta para a ocupação dos tempos livres (regulares e durante as pausas letivas) por parte da população em idade escolar; (ii) Aumentar a oferta de atividades de ocupação de tempos livres adequadas (também) a crianças com necessidades educativas especiais (NEE); (iii) valorizar o património cultural (material e imaterial) e dinamizar a oferta com interesse turístico no concelho; (iv) ajustar a oferta e a procura de atividades culturais no concelho e promover a adesão dos diferentes públicos às iniciativas e eventos promovidos; (v) melhorar os níveis de cooperação entre as associações do concelho e divulgar o trabalho realizado por estas.

Habitação (eixo 6)

De acordo com a informação apresentada no Diagnóstico Social (dados do Instituto Nacional de Estatística), a idade média dos edifícios em Rio Maior é de 40,2 anos, sendo que apenas 16,1% dos mesmos foram construídos na última década.

Apesar de este facto nos remeter para a necessidade de meios e medidas para a recuperação ou reabilitação do edificado, apenas 8,6%, segundo o INE, dos edifícios estão muito degradados ou a necessitar de grandes obras de recuperação. Verificando-se por isso a necessidade de atuar estrategicamente a dois níveis. Por um lado recuperar o edificado que necessita de intervenção urgente, por outro, criar as condições que facilitem a conservação dos edifícios, de modo a evitar que a situação evolua para uma situação de maior gravidade ou urgência.

Neste contexto, é propósito do Conselho Local de Ação Social de Rio Maior empreender uma estratégia que permita: (i) dinamizar a reabilitação do edificado privado (com recurso a investimento privado) do centro histórico, apostando na eficiência energética; (ii) divulgar os incentivos e medidas disponíveis para conservação ou reabilitação do edificado; (iii) manter o programa local para apoio a obras em habitação própria; (iv) manter a possibilidade de construir habitação social no Concelho (garantindo primeiro condições de financiamento para esse investimento).

Nota importante: Para um conhecimento detalhado da estratégia do município nesta área, deverá ser consultado o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) de Rio Maior.

4. MODELO DE MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

A monitorização e avaliação, estratégica e operacional, dos resultados previstos no Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Rio Maior 2016-2018 deverão constituir um dos pilares da boa governação do PDS, de modo a assegurar a prossecução eficaz e eficiente dos objetivos e das estratégias definidas neste instrumento de planeamento.

A monitorização constitui uma função regular e com carácter contínuo, suportada na recolha, análise e reporte sistemático de informação, que disponibiliza à orientação política, à gestão técnica e aos demais atores do CLAS envolvidos na implementação do PDS, evidências sobre o processo de execução e os progressos alcançados ao nível dos objetivos estratégicos bem definidos para cada um dos seis eixos estratégicos.

Estas evidências estão suportadas nos indicadores constantes das matrizes de planeamento e monitorização, apresentados de seguida.

O processo de monitorização estratégica deverá, ainda, estar suportado na recolha e análise sistemática de uma bateria de indicadores de contexto, não necessariamente desagregados ao nível concelhio, que permitam acompanhar o contexto socioeconómico em que ocorre a execução deste Plano de Desenvolvimento Social.

Neste âmbito, deverão ser acompanhados os seguintes indicadores:

Indicadores de contexto

- **Demografia**
 - População residente, por grupo etário, sexo e nacionalidade (N.º)
 - População residente com pelo menos uma dificuldade, por condição perante a atividade económica, sexo e principal meio de vida (N.º)
 - Índice de dependência total (N.º)
 - Índice de dependência de jovens (N.º)
 - Índice de dependência de idosos (N.º)
 - Índice de envelhecimento (N.º)
 - Índice de longevidade (N.º)
 - Saldo natural (N.º)
 - Taxa bruta de natalidade (‰)
 - Taxa bruta de mortalidade (‰)
 - Taxa de fecundidade geral (‰)
 - Famílias segundo a dimensão (N.º)

- **Qualificações e mercado de trabalho**
 - Níveis de escolaridade atingidos (N.º)
 - Analfabetismo (N.º)
 - Taxa de abandono precoce de educação e formação (%)
 - Taxa bruta de pré-escolarização (%)
 - Taxa de escolaridade do nível de ensino básico (%)
 - Taxa de escolaridade do nível de ensino secundário (%)
 - Taxa de escolaridade do nível de ensino superior (%)
 - Taxa de retenção e desistência no ensino básico regular (%)
 - Taxa de transição/ conclusão no ensino secundário regular (%)
 - Alunas/os matriculadas/os no ensino superior (N.º)
 - Alunas/os matriculadas/os no ensino não superior (N.º)
 - Diplomados do ensino superior por 1000 habitantes (N.º)
 - Indivíduos com 18 e mais anos de idade certificados pelo sistema de reconhecimento, validação e certificação de competências (N.º)
 - Indivíduos com 18 e mais anos de idade que participaram em cursos de educação e formação de adultos (N.º)
 - População empregada, por sexo, ramo de atividade e situação na profissão (N.º)
 - Taxa de atividade, por sexo (%)
 - População desempregada, por situação face à procura de emprego, faixa etária e sexo (N.º)
 - Taxa de desemprego, por sexo (%)
 - População desempregada de longa duração (N.º)
 - População desempregada jovem (N.º)

- **Coesão social**
 - Beneficiários do rendimento social de inserção por 1000 habitantes em idade ativa (‰)
 - Beneficiários/as do rendimento social de inserção (N.º)
 - Disparidade no ganho médio mensal (entre níveis de habilitação) da população empregada por conta de outrem (%)
 - Disparidade no ganho médio mensal (entre profissões) da população empregada por conta de outrem (%)
 - Disparidade no ganho médio mensal (entre setores de actividade) da população empregada por conta de outrem (%)
 - Disparidade no ganho médio mensal (entre sexos) da população empregada por conta de outrem (%)
 - Ganho médio mensal (€)
 - Pensionistas da segurança social por 1000 habitantes em idade ativa (‰)
 - Valor médio das pensões da segurança social (€/ N.º)

- Consultas médicas nos centros de saúde por especialidade da consulta (N.º)
- Médicas/os por 1000 habitantes (N.º)
- Enfermeiras/os por 1000 habitantes (N.º)

Indicadores específicos do PDS

...

5. PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE RIO MAIOR (2016 – 2018) - Quadro Resumo

Eixo 1 – Emprego, formação e qualificação			
Objetivos estratégicos	Estratégias de implementação	Objetivos específicos	Indicadores
Melhorar a motivação dos alunos para a sua participação no quotidiano escolar	Criar clubes de várias áreas de interesse para promover a descoberta de novas competências em contexto escolar (3º ciclo) melhorando assim a relação com a escola	<p>Até final de 2017, serão promovidas anualmente atividades com associações locais especializadas em determinadas áreas para dinamizarem grupos de interesse/ atividades/ <i>workshops</i> diferenciados e inovadores, permitindo o acesso a novas experiências/ competências (nomeadamente, na temática do empreendedorismo)</p> <p>Até final de 2018, organizar anualmente uma iniciativa de estimulação das capacidades empreendedoras dos alunos do ensino secundário</p> <p>Até final de 2018, organizar anualmente uma mostra de profissões/escolas/empresas e oportunidades de formação para alunos do 3º ciclo e ensino secundário /profissional, em articulação com várias entidades, com a coordenação do CLDS 3G</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Nº de atividades realizadas • Áreas/ temáticas abordadas • Nº de iniciativas realizadas • Áreas/ temáticas abordadas • Nº de mostras anuais realizadas • Nº e tipo de entidades participantes

Eixo 1 – Emprego, formação e qualificação

Objetivos estratégicos	Estratégias de implementação	Objetivos específicos	Indicadores
		Até final de 2016, está em funcionamento o Gabinete de intervenção familiar nas Escolas do 3º ciclo para a sinalização, encaminhamento e orientação de alunos que abandonam ou concluem o sistema educativo, no sentido de desenvolver ações de favorecimento da integração profissional, desenvolvido pelo CLDS 3G, em parceria com as respetivas escolas	<ul style="list-style-type: none"> • Nº e tipo de respostas criadas • Nº de sinalizações, encaminhamentos e ações de orientação realizadas
Reduzir o abandono escolar dos alunos de etnia cigana	Formação e capacitação de um mediador intercultural de etnia cigana que seja um elemento chave para as futuras intervenções específicas junto desta etnia	Até final de 2017, são realizadas duas ações de sensibilização /identificação de mediadores para a comunidade cigana, junto dos quais e serão definidas as formas de atuação mais eficazes no âmbito deste problema	<ul style="list-style-type: none"> • Nº de mediadores em atividade
Aumentar o potencial de empregabilidade e investimento no concelho, através da exploração dos recursos endógenos e diferenciadores do concelho	Criação da marca Rio Maior como elemento facilitador e enquadrador das futuras intervenções que visam a dinamização das atividades económicas no concelho (novos investimentos e rentabilidade dos já realizados)	<p>Até final de 2017, será realizada campanha de promoção e captação de investimentos que capitalizem as sinergias criadas com a instalação da Plataforma transfronteiriça de Inovação no Desporto e Saúde (Insporthealth)</p> <p>Até final de 2017, será criada a marca do concelho (Rio Maior - sal, serra, desporto, sabores...) a utilizar na promoção do território, dos seus produtos, instituições e tecido empresarial</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Nº de campanhas realizadas • Marca criada • Materiais e documentação produzida

Eixo 1 – Emprego, formação e qualificação

Objetivos estratégicos	Estratégias de implementação	Objetivos específicos	Indicadores
		Até final de 2018, será realizada a primeira campanha de divulgação e promoção dos produtos e sectores com potencial de crescimento ao nível da produção, consumo e criação de postos de trabalho (utilizando a marca anteriormente criada)	<ul style="list-style-type: none"> • Nº de campanhas realizadas • Nº e tipo de produtos e serviços divulgados/ promovidos
Adequar a oferta formativa às reais necessidades do mercado de trabalho e interesses dos alunos/ jovens	<p>Melhorar o nível de adequação das ofertas de formação às necessidades e expectativas existentes, melhorando os procedimentos de diagnóstico e procurando constituir grupos de formandos mais homogéneos (ao nível das suas habilitações) que garantam uma maior eficácia das ações de formação</p> <p>A concretização desta estratégia deverá contar com a participação de entidades como: Centro de Negócios, Associação Empresarial, GIP, CLDS 3G, Escola Profissional, Escola Secundária</p>	<p>Até final de 2016, estarão definidos ou melhorados os procedimentos anuais (ou trianuais) para a identificação das necessidades formativas (com os contributos de um grupo alargado, nomeadamente: empresas, Centro de Emprego, Escola profissional, Autarquia...)</p> <p>Até final de 2018, serão implementados 4 cursos de formação cujos currículos estarão ajustados às necessidades do mercado de trabalho e aos interesses dos alunos/ jovens (serão definidos na sequência da aplicação dos procedimentos referidos no objetivo anterior)</p> <p>Até final de 2018, será realizado um estudo promovido pela comunidade intermunicipal de identificação das necessidades de formação nos 11 concelhos da sua intervenção</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Procedimentos definidos • Procedimentos em execução • Nº e tipo de entidades participantes • Nº de cursos criados • Currículos dos cursos criados • Nº de cursos ministrados • Nº e tipo de formandos • Estudo concluído • Áreas de formação identificadas

Eixo 1 – Emprego, formação e qualificação

Objetivos estratégicos	Estratégias de implementação	Objetivos específicos	Indicadores
<p>Identificar soluções para a falta de oferta formativa ao nível do ensino secundário para alunos (a partir dos 15 anos) com necessidades educativas especiais</p> <p>(Neste caso, entenda-se 'necessidades educativas especiais', não como deficiências graves, mas apenas défices cognitivos e dificuldades de aprendizagem)</p>	<p>Constituição de grupo de trabalho responsável pela identificação de soluções para este problema específico/ lacuna de resposta ao nível das ofertas formativas</p> <p>Esta estratégia implicará a participação do IEFP, no próprio grupo de trabalho ou numa fase posterior, para apresentação de resultados e consequente negociação</p>	<p>Até final de 2016, estará em funcionamento um grupo de trabalho, com representantes de todas as escolas do 2º ciclo ao ensino superior, que irá identificar as soluções possíveis para a falta de oferta formativa ao nível do ensino secundário para alunos (a partir dos 15 anos) com necessidades educativas especiais (com "competências" limitadas de aprendizagem)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Grupo de trabalho constituído • Rácio de escolas participantes • Relatório com soluções possíveis e adequadas
<p>Identificar soluções de inserção profissional específicas para adultos com problemas de consumos de substâncias (problema criado com o fim do Programa Vida Emprego)</p>	<p>Constituição de grupo de trabalho responsável pela identificação de soluções para este problema específico/ lacuna de resposta ao nível das medidas de inserção profissional</p> <p>Esta estratégia implicará a participação do IEFP, no próprio grupo de trabalho ou numa fase posterior, para apresentação de resultados e consequente negociação</p>	<p>Até ao final de 2016, estará em funcionamento um grupo de trabalho, com representantes dos serviços de tratamento (CRI – Centro de respostas Integradas) e do IEFP, que irá identificar e definir medidas de política locais/regionais que constituam uma alternativa viável ao Programa Vida Emprego (entretanto extinto)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Grupo de trabalho constituído • Composição do grupo de trabalho • Relatório com identificação de soluções possíveis e adequadas (eventual plano operacional)

Eixo 2 – Instituições e comunidade

Objetivos estratégicos	Estratégias de implementação	Objetivos específicos	Indicadores
Aumentar os níveis de adequação entre procura e oferta de voluntários	Promover o voluntariado no concelho através da visibilidade e reconhecimento do mesmo e da adequação entre a oferta e a procura. Esta adequação será melhorada através de procedimentos e informação mais clara fornecida pelas instituições aos potenciais voluntários e destes para as instituições que poderão acolher o seu contributo	<p>Até final de 2016, criar um “prémio” ou forma de reconhecimento anual dos voluntários e entidades promotoras de voluntariado</p> <p>Até final de 2017, realizar campanha de promoção do voluntariado junto de instituições e projetos, informando da importância e mais-valias de identificarem as necessidades específicas (incluindo funções) de voluntariado, de forma a adequar eficazmente oferta e procura</p> <p>Até final de 2017, realizar uma campanha de promoção do voluntariado junto da população, informando da importância e mais-valias de identificarem as disponibilidades específicas (incluindo funções e destinatários) para voluntariado, de forma a adequar eficazmente oferta e procura</p> <p>Até final de 2017, está em funcionamento um projeto de voluntariado jovem, com a participação de entidades patrocinadoras, para apoio/suporte a situações específicas (ex. melhoria das condições de eletricidade) da população carenciada, com a colaboração dos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Prémio e respetivos procedimentos definidos • Prémio atribuídos • Nº de campanhas realizadas • Nº de ações no âmbito da campanha • Nº e tipo de entidades participantes • Nº de campanhas realizadas • Nº de ações no âmbito da campanha • Nº de participantes/ contactos • Nº e tipo de ações de voluntariado realizadas • Nº de jovens voluntários • Nº de entidades patrocinadoras

Eixo 2 – Instituições e comunidade

Objetivos estratégicos	Estratégias de implementação	Objetivos específicos	Indicadores
		alunos do ensino profissional, considerando as suas competências e formação profissional adquirida	participantes
Melhorar os níveis de adesão da comunidade local a projetos de voluntariado, em especial dos mais jovens	<p>Apostar em campanhas de promoção do voluntariado que facilitem o acesso a ações limitadas no tempo com objetivos concretos e bem definidos, de preferência com resultados visíveis no imediato ou a curto prazo, de forma a serem apelativas para um público mais jovem e/ou sem grande experiência prévia de voluntariado</p> <p>Envolver na implementação desta estratégia entidades com, Rio Maior Voluntário, associações de jovens, escolas, IPSS, Município e Juntas de freguesia</p>	<p>Até final de 2018, realizar três campanhas de informação, sensibilização da comunidade para as questões do voluntariado (recorrer a vários suportes, como por exemplo, desdobráveis, <i>flyers</i>, comunicação social, redes sociais...), integrando processo de captação de voluntários</p> <p>Até final de 2018, realizar três campanhas de sensibilização e captação para o voluntariado, orientado para os mais jovens. Estas campanhas serão complementadas com a “oferta” de ações de voluntariado de curta duração (compromisso de curta duração) que facilitem a adesão de pessoas com pouca ou nenhuma experiência de voluntariado</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Nº de campanhas realizadas • Nº e tipos de suportes utilizados • Nº de contactos realizados <ul style="list-style-type: none"> • Nº de campanhas realizadas • Nº e tipos de suportes utilizados • Nº de contactos realizados

Eixo 3 – Família e parentalidade

Objetivos estratégicos	Estratégias de implementação	Objetivos específicos	Indicadores
<p>Capacitar as respostas existentes para as situações de violência doméstica</p>	<p>Capacitar a resposta às situações de violência doméstica através da agilização de procedimentos, capacitação de técnicos e criação de respostas complementares</p> <p>Protocolar com a APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima) a dimensão de sensibilização e capacitação desta estratégia</p>	<p>Até final de 2016, definir um modelo de intervenção eficaz e articulado que garanta a resposta e acompanhamento nas primeiras semanas às vítimas de violência doméstica (incluindo famílias)</p> <p>Até final de 2018, 10 técnicos melhoram as suas competências relativas a procedimentos e etapas de intervenção em situações de violência doméstica.</p> <p>Até final de 2017, criar um Gabinete itinerante de Apoio à Vítima no Concelho</p> <p>Até final de 2017, realizar uma ação de sensibilização e informação destinada a profissionais de IPSS ou empresas, com vista a dotar de competências para a sinalização, denúncia dos casos e formas de agir no caso de verificar a existência de situações de violência contra uma vítima</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Modelo de intervenção definido • Modelo de intervenção em funcionamento • Nº de técnicos que melhoraram as suas competências • Tipo de competências adquiridas • Resposta(s) criada • Resposta(s) em funcionamento • Nº de ações realizadas • Nº e tipo de profissionais participantes • Tipo de competências adquiridas

Eixo 3 – Família e parentalidade

Objetivos estratégicos	Estratégias de implementação	Objetivos específicos	Indicadores
Alterar mentalidades e comportamentos relativamente à violência doméstica	<p>Investir na sensibilização junto dos mais jovens com vista a uma mudança consolidada de mentalidades e comportamentos</p> <p>Promover parcerias e trabalho entre entidades locais (Juntas de Freguesia, GNR,...) para sensibilizar de forma continuada sobre esta problemática</p> <p>Protocolar com a APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima) a dimensão de sensibilização e capacitação desta estratégia</p>	<p>Até final de 2018, dinamizar, em contexto escolar, 3 ações de sensibilização e prevenção da violência (exemplos, uma semana contra a violência, jogos, dinâmicas e trabalhos relacionados com a violência doméstica)</p> <p>Até final de 2017, constituir uma rede de parceiros de proximidade (com a população) que garantam ações continuadas de informação e sensibilização para a problemática da violência doméstica</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Nº e tipo de ações realizadas • Nº de contactos realizados nas ações • Rede de proximidade constituída • Rede de proximidade em funcionamento • Nº e tipo de parceiros que participam • Nº e tipo de ações realizadas pela rede de proximidade
Alterar mentalidades e comportamentos relativamente aos maus tratos na infância	<p>Investir na sensibilização junto dos mais jovens e na visibilidade da problemática como elementos transformadores para uma mudança consolidada de mentalidades e comportamentos</p>	<p>Até final de 2018, realizar anualmente e em contexto escolar, atividades de prevenção dos maus tratos na infância comemorativas do Mês da Prevenção dos Maus Tratos na Infância, envolvendo várias entidades parceiras (CPCJ, CLDS 3G e CAFAP das Aldeias SOS)</p> <p>Até final de 2018, realizar anualmente ciclo de debates/ encontros dedicados à temática dos maus tratos na infância</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Nº e tipo de atividades realizadas • Conteúdos trabalhados nas atividades • Nº e tipo de entidades envolvidas • Nº e tipo de ações realizadas • Conteúdos trabalhados • Nº e tipo de participantes nas ações

Eixo 3 – Família e parentalidade

Objetivos estratégicos	Estratégias de implementação	Objetivos específicos	Indicadores
Capacitar as respostas de acompanhamento às situações de doença mental	Garantir as condições para um acompanhamento adequado após alta hospitalar por via da constituição de equipa de especialistas e melhoria dos processos de comunicação entre Hospital e Centro de Saúde Esta resposta deverá ser pensada para um nível de intervenção supraconcelhio	Até final de 2017, garantir o funcionamento de uma equipa multidisciplinar de apoio às famílias com casos diagnosticados, garantindo acompanhamento após alta hospitalar (apoio às famílias com pouca/nenhuma informação sobre a doença e tipo de acompanhamento a ser prestado ao doente, falhas na toma da medicação e aquisição da mesma, etc...)	<ul style="list-style-type: none"> • Equipa constituída • Equipa em funcionamento • Procedimentos de comunicação definidos e em utilização
Melhorar os níveis de competências parentais dos encarregados de educação e desempenho enquanto educadores	Melhorar a eficácia dos programas de desenvolvimento de competências parentais por três vias: a multidisciplinaridade das equipas envolvidas, o potenciar de contextos inovadores e facilitadores e a melhoria dos níveis de participação dos pais, educadores e famílias	<p>Até final de 2017, reativar e alargar o âmbito de intervenção dos cursos de preparação da parentalidade, com uma equipa multidisciplinar (saúde, educação, serviço social, psicologia) para reforço das competências parentais</p> <p>Até final de 2018, anualmente, realizar ações de capacitação para uma parentalidade positiva, fomentando a participação dos pais e educadores, potenciando contextos de intervenção facilitadores da eficácia das mesmas (através de ações integradas nos cursos de preparação para o parto, sessões nos jardins-de-infância do concelho)</p> <p>Até final de 2016, reformular ou identificar oportunidades de melhoria nos programas de competências parentais, no sentido de melhorar</p>	<ul style="list-style-type: none"> • N e tipo de ações realizadas • Equipa constituída • Equipa em funcionamento • Nº e tipo de participantes nas ações • N e tipo de ações realizadas • Nº e tipo de participantes nas ações • Tipo de contexto de realização das ações • Relatório com oportunidades de melhoria identificados • Melhorias implementadas

Eixo 3 – Família e parentalidade

Objetivos estratégicos	Estratégias de implementação	Objetivos específicos	Indicadores
		os níveis de participação das famílias na execução dos mesmos	
Garantir apoio/ suporte regular aos cidadãos a viver em situação de isolamento social e/ou geográfico nas freguesias do concelho de Rio Maior	<p>Melhorar a eficácia da rede de apoio aos idosos do concelho por três vias: um diagnóstico detalhado das situações a apoiar, a criação de uma rede de apoio baseada na proximidade e a partilha de informação e conhecimento entre instituições/ equipas /entidades</p> <p>(A execução desta estratégia deverá incluir os próprios idosos como potenciais voluntários e garantir a visibilidade ao trabalho realizado e resultados alcançados)</p>	<p>Até final de 2016, realizar o levantamento das necessidades específicas da população idosa de cada freguesia</p> <p>Até final de 2017, estará em funcionamento um projeto de apoio e suporte à população isolada de cada freguesia, resultando da cooperação e entreaajuda entre associações locais, juntas de freguesia e voluntários, com a coordenação do CLDS 3G</p> <p>Até final de 2017, estará implementada uma estratégia para redução do desperdício alimentar no Concelho, aumentando a capacidade de distribuição de refeições/alimentos junto dos casos sinalizados de maior isolamento geográfico e com dificuldades de acesso a estes serviços</p> <p>Até final de 2018, será realizado um ciclo de sessões de esclarecimento e partilha de boas práticas no apoio a cidadãos isolados</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Relatório com necessidades específicas identificadas • Projeto de proximidade definido • Projeto de proximidade em execução • Nº e tipo de entidades participantes • Nº e tipo de beneficiários • Rede de distribuição em funcionamento • Nº e tipo de beneficiários • Nº e tipo de entidades participantes • Nº de ações realizadas • Nº e tipo de participantes

Eixo 4 – Saúde e toxicodependências

Objetivos estratégicos	Estratégias de implementação	Objetivos específicos	Indicadores
Qualificar e melhorar a capacidade de resposta nos casos de saúde mental	<p>Garantir as condições para um acompanhamento adequado após alta hospitalar por via da constituição de equipa de especialistas, melhoria dos processos de comunicação entre Hospital e Centro de Saúde e definição dos critérios de referência para encaminhamento para a Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC)</p> <p>Organizar e difundir de forma regular a informação relevante sobre os serviços existentes</p>	<p>Até final de 2016, estarão definidos critérios de referência e procedimentos de comunicação entre o Hospital e o Centro de Saúde – UCC (Unidade de Cuidados na Comunidade) com vista a facilitar o acompanhamento após alta hospitalar, nomeadamente a realização da primeira visita de acompanhamento e o levantamento das necessidades específicas de cada doente</p> <p>Até final de 2017, será realizada uma campanha de divulgação dos serviços/ respostas existentes, potenciando os meios já existentes que facilitem a circulação da informação. Nomeadamente, écrans informativos existentes em instituições públicas (será necessário ter mecanismos, procedimentos e critérios bem definidos para a</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Critérios e procedimentos definidos • Critérios e procedimentos em execução • Nº e tipo de campanhas realizadas • Nº e tipo de meios utilizados na divulgação/ circulação de informação • Mecanismos, procedimentos e critérios definidos

Eixo 4 – Saúde e toxicodependências

Objetivos estratégicos	Estratégias de implementação	Objetivos específicos	Indicadores
		<p>organização desta informação... devendo o processo ser centralizado pela Câmara Municipal)</p> <p>Até final de 2018, criar um fórum sócio ocupacional e resposta residencial (residências autónomas)</p>	<ul style="list-style-type: none"> Mecanismos, procedimentos e critérios em execução Nº e tipo de novas respostas criadas
<p>Melhorar e aumentar o número de ações de prevenção de consumos/ toxicodependência junto dos jovens e o nível de informação/ conhecimento sobre o tema</p>	<p>Aumentar a eficácia do conjunto de ações de prevenção das toxicodependências e desenvolvimento de competências pessoais e sociais através de três linhas de atuação:</p> <ol style="list-style-type: none"> Melhoria da eficiência na circulação de informação entre instituições, jovens/ crianças e famílias Criação de grupos de interesse/ temáticos que sirvam como contexto privilegiado para a concretização de ações de informação e prevenção Melhorar os procedimentos de articulação entre entidades, de forma a que as ações de prevenção e capacitação sejam planeadas e calendarizadas como complementares, adaptadas às características de cada grupo e evitando lacunas e sobreposições entre elas 	<p>Até final de 2016, divulgar o mail da saúde escolar na comunidade jovem (aumentando e potenciando a sua utilização e funcionalidade)</p> <p>Até final de 2016, criar grupos/clubes (ao nível do 2º ciclo) para divulgar e partilhar informação, e trabalhar temas específicos e diversificados que respondam a interesses dos jovens ou desenvolvam novos conhecimentos e áreas de interesse (cinema, ambiente, história...)</p> <p>Até final de 2018, será dinamizado um programa anual de desenvolvimento de competências pessoais e sociais em contexto escolar, desenvolvido em sessões temáticas – Projeto “Saber Crescer”</p>	<ul style="list-style-type: none"> Nº de ações de divulgação realizadas Nº de contactos realizados nas ações de divulgação Variação do número de utilizações do mail da saúde escolar Nº e tipo de grupos/ clubes criados Conteúdos trabalhados nos grupos/ clubes criados Programa definido e em execução Nº e tipo de sessões temáticas realizadas Nº e tipo de participantes nas

Eixo 4 – Saúde e toxicodependências

Objetivos estratégicos	Estratégias de implementação	Objetivos específicos	Indicadores
		<p>Até final de 2016, garantir a existência de um mediador em meio escolar na escola e divulgar o 'Gabinete de Apoio ao Aluno', dinamizado pela Unidade de Cuidados na Comunidade, como espaço de apoio, informação e mediação (contrariando a imagem negativa deste gabinete, como espaço de castigo), articulando a sua intervenção com o Gabinete de Intervenção Familiar promovido pelo CLDS 3G</p> <p>Até final de 2016, será criado uma <i>mailing list</i> dos elementos das Associações de Pais (sob autorização individual para utilização de contactos) de forma a tornar estas Associações um veículo estratégico na divulgação de informação relevante nesta área e outras complementares</p> <p>Até final de 2018, garantir protocolo entre a Escola Superior de Desporto (ESD), as escolas e a Câmara Municipal, que permita que os alunos da ESD garantam, em regime de voluntariado, atividades desportivas nas tardes livres nas escolas</p>	<p>sessões temáticas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Rácio de escolas com mediador formado e disponível • Nº de utilizações/ solicitações ao 'Gabinete de Apoio ao Aluno' • <i>Mailing list</i> construída e disponível • Rácio de elementos das associações de pais na <i>mailing list</i> • Nº de utilizações da <i>mailing list</i> • Protocolo(s) celebrado(s) • Nº e tipo de entidades abrangidas pelo(s) protocolo(s) • Nº e tipo de atividades realizadas no âmbito dos protocolos celebrados

Eixo 5 – Tempos livres, cultura e lazer

Objetivos estratégicos	Estratégias de implementação	Objetivos específicos	Indicadores
Melhorar a oferta para a ocupação dos tempos livres (regulares e durante as pausas letivas) por parte da população em idade escolar	<p>Melhorar a oferta a este nível por três vias fundamentais: um diagnóstico detalhado das necessidades e expectativas existentes, a realização de atividades inovadoras, criativas e que proporcionem experiências novas e rentabilização de protocolos já existentes</p> <p>Esta estratégia deverá ser executada promovendo o acesso descentralizado a atividades de ocupação de tempos livres através do envolvimento das instituições locais (nomeadamente as associações do concelho)</p>	<p>Até final de 2016, aprofundar diagnóstico específico que identifique em detalhe, as necessidades e recursos existentes ao nível da ocupação dos tempos livres da população em idade escolar.</p> <p>Até final de 2017, serão promovidas anualmente atividades com associações locais especializadas em determinadas áreas para deslocarem às escolas/ agrupamentos grupos de interesse/ atividades/ <i>workshops</i> diferenciados e inovadores, permitindo o acesso a novas experiências culturais (como, por exemplo, teatro, dança, cinema, folclore...)</p> <p>Até final de 2016, identificar as possibilidades reais de melhor rentabilizar e potenciar os protocolos já existentes com vista à criação de alternativas para a ocupação dos tempos livres</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Diagnóstico concluído • Nº e tipo de atividades realizadas • Nº e tipo de entidades envolvidas • Nº de alternativas em execução (no âmbito da ocupação dos tempos livres)
Aumentar a oferta de atividades de ocupação de tempos livres adequadas (também) a crianças com necessidades educativas especiais (NEE)	Investimento na adaptação de um tipo específico de oferta neste âmbito: os campos de férias	Até Junho de 2016, identificar e implementar as alterações necessárias no funcionamento/ logística dos campos de férias de forma a possibilitar e fomentar a participação de crianças com necessidades educativas especiais, envolvendo a articulação de diferentes entidades, nomeadamente, as associações de pais, agrupamentos de escolas, Câmara	<ul style="list-style-type: none"> • Relatório com alterações necessárias identificadas • Alterações necessárias implementadas • Nº de crianças com NEE a utilizar os campos de férias

Eixo 4 – Saúde e toxicodependências

Objetivos estratégicos	Estratégias de implementação	Objetivos específicos	Indicadores
		Municipal, CEE Ninho, CLDS 3G...	
Valorizar o património cultural (material e imaterial) e dinamizar a oferta com interesse turístico no concelho	<p>Valorizar e dinamizar o património cultural do concelho através da divulgação eficaz de informação relevante relativa aos pontos com interesse turístico</p> <p>Esta estratégia deverá ser concretizada com o estabelecimento de parcerias estratégicas com empresas de publicidade</p>	<p>Até final de 2017, criar plano estratégico específico para a divulgação/ promoção dos pontos turísticos do concelho, com especial enfoque em percursos turísticos integrados</p> <p>Até final de 2017, criar <i>website</i> específico (ou incorporar no <i>website</i> da Câmara Municipal) com informação e divulgação de pontos e percursos com interesse turístico no concelho e zonas limítrofes</p> <p>Até final de 2017, disponibilizar informação relevante, atualizada e apelativa sobre pontos de interesse turístico em painéis digitais e/ou <i>outdoors</i> no centro de Rio Maior e nas zonas circundantes</p>	<ul style="list-style-type: none"> Plano estratégico concluído e em execução Nº e tipo de pontos de interesse divulgados Nº e tipo de pontos de interesse divulgados Meios de divulgação utilizados
Ajustar a oferta e a procura de atividades culturais no concelho e promover a adesão dos diferentes públicos às iniciativas e eventos promovidos	Racionalizar os procedimentos, suportes e meios de comunicação e divulgação da oferta cultural de forma a dinamizar a oferta cultural no concelho, realizando, simultaneamente, um estudo de caracterização que permita conhecer os interesses dos públicos dos eventos culturais	<p>Até final de 2016, estarão em funcionamento os mecanismos regulares de produção periódica de uma agenda cultural do concelho</p> <p>Até final de 2017, produzir a Carta Cultural do Concelho, identificando contactos, equipamentos, produtores e criadores, atividades regulares, ofertas, associações e</p>	<ul style="list-style-type: none"> Procedimentos definidos e em execução Nº de agendas culturais produzidas Carta cultural produzida

Eixo 4 – Saúde e toxicodependências

Objetivos estratégicos	Estratégias de implementação	Objetivos específicos	Indicadores
		<p>parcerias existentes neste âmbito</p> <p>Até final de 2017, a agenda cultural do concelho será distribuída/ divulgada através de <i>mailing list</i> criada para o efeito e de outros meios identificados e que poderão ser potenciados para este fim (como por exemplo, a página do Cineteatro, painéis ou écrans existentes...)</p> <p>Até final de 2018, será realizado um estudo de caracterização do público de eventos culturais de forma a conhecer os interesses e expectativas da população relativamente à oferta cultural</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Nº e meios de divulgação utilizados na divulgação da agenda cultural • Estudo concluído • Estudo apresentado
<p>Melhorar os níveis de cooperação entre as associações do concelho e divulgar o trabalho realizado por estas</p>	<p>Investir na realização de eventos partilhados como forma de fomentar uma maior abertura das associações, melhorando os níveis de relacionamento e facilitando a criação de sinergias de complementaridade entre elas</p>	<p>Até final de 2018, estará em execução um conjunto de eventos festivos, convívio e divulgação, com periodicidade anual, que resultem da participação das diversas associações do concelho que deverão apresentar resultados do seu trabalho a nível social e cultural (por exemplo, galas de dança, noites de fado, fórum/ semana do associativismo...)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Nº e tipo de ações realizadas • Nº e tipo de entidades participantes • Nº de pessoas participantes nas ações (nomeadamente, público)

Eixo 6 – Habitação			
Objetivos estratégicos	Estratégias de implementação	Objetivos específicos	Indicadores
Dinamizar a reabilitação do edificado privado (com recurso a investimento privado) do centro histórico, apostando na eficiência energética	Contrariar o despovoamento, a fraca dinâmica imobiliária (mercado de arrendamento sem relevância) e a degradação do edificado (presença de fogos desocupados ou devolutos) através da reabilitação do parque habitacional, espaços empresariais e dinamização do mercado de arrendamento	Reabilitar o parque habitacional, preferencialmente para arrendamento jovem Reabilitar a rede de espaços que formam o tecido empresarial local	<ul style="list-style-type: none"> • Nº de intervenções realizadas • Nº de intervenções realizadas
Divulgação de incentivos e medidas	Fomentar a realização de intervenções com vista à conservação ou reabilitação do edificado através da partilha de informação relevante junto dos potenciais interessados	Divulgar, junto dos privados, as medidas e programas que facilitam e incentivam a realização de obras de conservação ou reabilitação de habitação própria	<ul style="list-style-type: none"> • Nº de ações realizadas • Nº de contactos nas ações realizadas
Programa local para apoio a obras em habitação própria	Manter o investimento realizado pelo Município, no seu programa local de apoio à realização de obras em habitação própria	Manter e divulgar programa municipal para apoio à realização de obras em habitação própria	<ul style="list-style-type: none"> • Nº de ações realizadas • Nº de contactos nas ações realizadas
Possibilidade de construir habitação social no Concelho (garantindo primeiro condições de financiamento para esse investimento)	Transformar eventuais oportunidades que surjam no âmbito do Portugal 2020, com vista à construção de habitação social que responda efetivamente às necessidades diagnosticadas, contribuindo de forma efetiva para a inclusão dos cidadãos/famílias	Potenciar as oportunidades do "Portugal 2020" para a construção de novos fogos que permitam responder às solicitações feitas ao Município, avaliando com rigor qual o modelo de habitação que permitiria responder às reais necessidades das famílias com carências neste âmbito	<ul style="list-style-type: none"> • Nº de candidaturas apresentadas • Nº de projetos aprovados

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E ELECTRÓNICAS

RECURSOS BIBLIOGRÁFICOS

- CASTELLS, Manuel (1996) A Sociedade em Rede, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- SCHIEFER, Ulrich et al. (2006) MAPA - Manual de Planeamento e Avaliação de Projetos, São João do Estoril: Principia.
- Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU), Câmara Municipal de Rio Maior.

RECURSOS ELETRÓNICOS

Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP (<http://www.ifdr.pt>)

Câmara Municipal de Rio Maior (<http://cmriomaior.pt/pt>)

Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (www.portaldahabitacao.pt/pt/ihru/)

Pordata (<http://www.pordata.pt/>)

Anexos



Anexo: Listagem de presenças nas oficinas de trabalho realizadas no âmbito do PDS

Oficina “Emprego, Formação e Qualificação”

29 de Outubro de 2015 – 10H00

ENTIDADE	NOME DO REPRESENTANTE
Câmara Municipal de Rio Maior	João Rebocho
Câmara Municipal de Rio Maior – Ação Social	Marta Flor
Câmara Municipal de Rio Maior - Gabinete de Inserção Profissional (GIP) de Rio Maior	Sónia Rebocho
Centro de Educação Especial “O Ninho” – CLDS 3G	Sónia Almeida
Centro de Educação Especial “O Ninho” – CLDS 3G	Sandra Santos
Centro de Respostas Integradas do Ribatejo	Odete Melro
DESMOR- Empresa Municipal, S.A. – Centro de Negócios e Inovação de Rio Maior	Nuno Malta
Escola Profissional de Rio Maior	Sónia Duarte
Escola Superior de Desporto de Rio Maior	Anabela Vitorino
IEFP – Centro de Emprego e Formação Profissional de Santarém	Elza Vitorio
Junta de Freguesia de S. Sebastião	Ana Cristina Rosa
Rotary Club de Rio Maior	Urminda Figueiredo

Oficina “Comunidade e Instituições”**29 de Outubro de 2015 – 14H00**

ENTIDADE	NOME DO REPRESENTANTE
Associação Aldeias de Crianças SOS de Portugal – CAFAP de Rio Maior	Raquel Vargas
Câmara Municipal de Rio Maior- Ação Social	Sónia Rebocho
Câmara Municipal de Rio Maior- Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes de Rio Maior	Ema Oliveira
Centro de Convívio e Solidariedade de Sourões	Marta Durão
Centro de Educação Especial “O Ninho” – CLDS 3G	Sónia Almeida
Centro de Educação Especial “O Ninho” – CLDS 3G	Ana Inês Borges
Centro de Educação Especial “O Ninho” – CLDS 3G	Ana Raquel Piedade
Conferência de Santo António da Sociedade de S. Vicente de Paulo	Henrique Vicente
Conselheira Local para a Igualdade	Olga Paula
Escola Superior de Desporto de Rio Maior	Anabela Vitorino
Junta de Freguesia de S. Sebastião	Ana Cristina Rosa
Rotary Club de Rio Maior	Urminda Figueiredo
Salpiquete – Associação de Solidariedade Arroquelense	Adélia Alface
Santa Casa da Misericórdia de Rio Maior	Vanda Santos
Santa Casa da Misericórdia de Rio Maior	Susana Bernardes
Santa Casa da Misericórdia de Rio Maior	Ângela Mateus

Oficina “Família e Parentalidade”

30 de Outubro de 2015 – 10H00

ENTIDADE	NOME DO REPRESENTANTE
Associação Aldeias de Crianças SOS de Portugal – CAFAP de Rio Maior	Raquel Vargas
Câmara Municipal de Rio Maior- Ação Social	Marta Flor
Centro de Convívio e Solidariedade de Sourões	Marta Durão
Centro de Educação Especial “O Ninho” – CLDS 3G	Sónia Almeida
Centro de Educação Especial “O Ninho” – CLDS 3G	Filipa Mateus
Centro de Educação Especial “O Ninho” – CLDS 3G	Ana Raquel Piedade
Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Rio Maior	Catarina Gomes
Equipa Local de Intervenção Precoce de Rio Maior/Santarém	Marina Ferreira
Junta de Freguesia de S. Sebastião	Ana Cristina Rosa
Núcleo Local de Inserção de Rio Maior	Ana Teresa Lucas
Rotary Club de Rio Maior	Urminda Figueiredo
Salpiquete – Associação de Solidariedade Arroquelense	António Luis Lila
Santa Casa da Misericórdia de Rio Maior	Susana Bernardes
Santa Casa da Misericórdia de Rio Maior	Ângela Mateus

Oficina “Saúde e Toxicodependências”

10 de Novembro de 2015 – 10H00

ENTIDADE	NOME DO REPRESENTANTE
Associação Aldeias de Crianças SOS de Portugal – CAFAP de Rio Maior	Raquel Vargas
Câmara Municipal de Rio Maior	João Rebocho
Câmara Municipal de Rio Maior- Ação Social	Marta Flor
Câmara Municipal de Rio Maior- Ação Social	Sónia Rebocho
Centro de Educação Especial “O Ninho” – CLDS 3G	Sónia Almeida
Centro de Educação Especial “O Ninho” – CLDS 3G	Ana Inês Borges
Centro de Respostas Integradas do Ribatejo	Odete Melro
DESMOR- Empresa Municipal, S.A	Anabela Santos
Núcleo Local de Inserção de Rio Maior	Ana Teresa Lucas
União das Freguesias de Azambujeira e Malaqueijo	Dora Branco
Unidade de Cuidados na Comunidade de Rio Maior – Agrupamento de Centros de Saúde da Lezíria	Sandra Almeida
Unidade de Cuidados na Comunidade de Rio Maior – Agrupamento de Centros de Saúde da Lezíria	Lucília Barrancos

Oficina “Tempos Livres, Cultura e Lazer”**10 de Novembro de 2015 – 14H00**

ENTIDADE	NOME DO REPRESENTANTE
Associação de Pais e Encarregados de Educação dos Alunos do Agrupamento de Escolas Fernando Casimiro Pereira da Silva	Marisa Marcelino
Câmara Municipal de Rio Maior - Biblioteca	Carla Barata
Câmara Municipal de Rio Maior – Casa Senhorial	Carlos Pereira
Câmara Municipal de Rio Maior – Casa Senhorial	Fátima Batista
Câmara Municipal de Rio Maior – Cineteatro	Dora Crespo
Câmara Municipal de Rio Maior - Desporto	Mauro Pulquério
Câmara Municipal de Rio Maior- Ação Social	Marta Flor
Câmara Municipal de Rio Maior -Turismo	Liliana Casimiro
Centro de Educação Especial “O Ninho” – CLDS 3G	Sónia Almeida
Centro de Educação Especial “O Ninho” – CLDS 3G	Filipa Mateus
Centro de Educação Especial “O Ninho” – CLDS 3G	Ana Raquel Piedade
DESMOR- Empresa Municipal, S.A	Anabela Santos
Equipa Local de Intervenção Precoce de Rio Maior/Santarém	Marina Ferreira
Salpiquete – Associação de Solidariedade Arroquelense	Adélia Alface
União das Freguesias de Azambujeira e Malaqueijo	Dora Branco
Universidade Sénior de Rio Maior	Sónia Rebocho



Anexo: Listagem de presenças nas oficinas de trabalho realizadas no âmbito do PDS

Reunião "Habitação"

15 de Dezembro de 2015 – 11H00

ENTIDADE	NOME DO REPRESENTANTE
Câmara Municipal de Rio Maior	Isaura Morais
Câmara Municipal de Rio Maior	Carlos Frazão
Câmara Municipal de Rio Maior	João Rebocho
Câmara Municipal de Rio Maior	Francisco Serra
Câmara Municipal de Rio Maior	Ricardo Rosário
Câmara Municipal de Rio Maior	Sofia Cordeiro
Câmara Municipal de Rio Maior	Jorge Colaço
Câmara Municipal de Rio Maior	Aldina Santos
Câmara Municipal de Rio Maior	Marta Flor
Câmara Municipal de Rio Maior	Sónia Rebocho